

APRESENTAÇÃO DO DOSSIÊ

A politização do espaço social

Igor Gastal Grill¹
Ernesto Seidl²

A política não existiu sempre, nem por todo lugar, nem sob a mesma forma. Seus atores e suas regras, até mesmo seus objetos, não são os mesmos, nem igualmente legítimos em todo lugar. Sociedades diferentes produzem figuras contrastadas da política, de suas instituições, de suas práticas e de seus instrumentos. Cada sociedade alimenta, assim, a política do que ela é, quer dizer, das relações que nela estabelecem grupos e indivíduos, das preocupações e crenças das quais são portadores. Por mais especializado que seja, o espaço da política é moldado pelas atividades sociais as mais diversas, econômicas, religiosas, culturais. (LAGROYE, 2003a, p. 3).

A passagem acima, que abre a apresentação da coletânea intitulada *La Politisation* e organizada por Jacques Lagroye (2003), revela, em grandes linhas, algumas diretrizes de análise que procuramos explorar neste dossiê. Por um lado, buscamos refletir sobre a plasticidade do espaço político (LAGROYE, 1997), que assume distintas configurações (ELIAS, 1999) no tempo e no espaço. Nesse sentido, o exercício de colocar em funcionamento o enfoque da sócio-história do político (DÉLOYE; VOUTAT, 2002) – atentando para condicionantes sociais e culturais que agem sobre a organização da vida política em cada contexto analisado –, bem como a perspectiva comparativa entre

1 *Doutor em Ciência Política. Professor do Departamento de Sociologia e Antropologia e do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Bolsista de Produtividade do CNPq. E-mail: igorgrill@terra.com.br*

2 *Doutor em Ciência Política. Professor do Departamento de Sociologia e Ciência Política e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Bolsista de Produtividade do CNPq. E-mail: ernestoseidl@gmail.com*

dinâmicas, centrais ou periféricas, diversas (BADIE; HERMET, 1993), ganham relevo nas diferentes contribuições aqui reunidas e na possibilidade de interlocução entre as reflexões trazidas por cada autor. Por outro lado, procuramos ponderar sobre processos múltiplos de (in)diferenciação da “ordem política”, ou seja, observar tanto linguagens, móveis de disputas e agentes autorizados a exercer papéis políticos especializados (LAGROYE, 1997), como modalidades de imbricação com outras dimensões da vida social, seus atores, regras de funcionamento e objetos de disputas específicos (LAGROYE, 2003a).

Trazemos, então, um conjunto de artigos que demonstram, em uma direção, a diversidade das formas que o poder político pode assumir, o que permite que sejam examinadas as lógicas que presidem a especialização dos papéis políticos (LAGROYE, 1997). Em outra direção, os textos descortinam práticas e crenças de uma multiplicidade de agentes (políticos, militantes, administradores públicos, mas também profissionais ligados a outros universos, como o universitário, o religioso, o jurídico, o econômico etc.) que contribuem para a “produção social da política” (LAGROYE, 2003a, p. 4). Por meio desse empreendimento coletivo que aqui apresentamos³, é possível apreender como os recursos e as problemáticas políticas legítimos decorrem, ao mesmo tempo, das injunções internas ao meio político e da constituição de espaços compósitos de lutas.

Como é salientado nos dois primeiros textos do dossiê, assinados respectivamente por Jacques Lagroye e por Odaci Luiz Coradini, o conceito de politização resultou da redefinição de um termo de uso comum, originalmente acionado com o intuito de apreciação moral ou normativa (como forma de valorizar ou desvalorizar determinados comportamentos). Do ponto de vista analítico, entretanto, a noção foi utilizada para abarcar diversos fenômenos políticos, sempre demonstrando enorme potencial heurístico.

Uma linha de investigação muito explorada na sociologia e na historiografia francesas é a politização como processo de difusão do ideal democrático

3 *Boa parte dos artigos que compõem esta publicação foi discutida em duas mesas redondas organizadas em eventos científicos. A primeira, intitulada Elites, processos de politização e redefinições das fronteiras da política, ocorreu no 8º Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP, 2012). A segunda aconteceu no 41º Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação em Ciências Sociais (ANPOCS, 2017), com o título A politização do espaço social.*

e das competências relativa à participação política (sobretudo o voto) no conjunto do território nacional e entre segmentos sociais diversificados. Nesse caso, politização é associada por vários estudiosos do tema ao domínio prático dos instrumentos e saberes exigidos para manifestar uma opinião ou para adquirir o interesse pelos bens abstratos (ideologias, programas, discursos, projetos de sociedade etc.) ofertados no mercado político (OFFERLÉ, 2007a, 2007b).

Em alguns trabalhos, esse processo mais amplo está relacionado aos mecanismos de desencastamento do espaço político de outras “ordens sociais” regidas por relações familiares, clivagens de bases variadas (faccionais) e relações de dependência pessoal (clientelismo), que redundariam na “aculturação” à política legítima (LACROIX, 1985; GAXIE, 1978; GARRIGOU, 2002; DÉLOYE, 1999, entre outros). Em outros estudos, por sua vez, são as experiências dos indivíduos nos seus espaços de existência cotidiana e os vínculos personalizados de trocas engendrados no plano local que podem contribuir para a familiarização com as categorias políticas e com as instituições democráticas (BRIQUET, 2017, 1997; COMBES; VOMMARO, 2015; PALMEIRA; HEREDIA, 2010; OFFERLÉ, 2007c, PHÉLIPPEAU, 2002). De qualquer modo, a constituição do espaço político especializado (monopolizado pelos profissionais da política) e a existência de agentes que conferem sentido às disputas políticas e compartilham do credo democrático (os eleitores) somente ocorrem devido ao trabalho de mobilização política e eleitoral realizado por um conjunto de empreendedores políticos da politização, tais como candidatos, cabos eleitorais, dirigentes partidários, funcionários estatais, religiosos, professores etc. (OFFERLÉ, 1989).

Como decorrência da objetivação desse espaço político diferenciado, outra conotação de politização ganhou destaque na sociologia política francesa. A edificação dessa “ordem política” – sua diferenciação *vis-à-vis* outros espaços de atividades, a institucionalização de regras de funcionamento e a naturalização de uma concepção de política associada à democracia nos moldes ocidentais – está na raiz da acepção dada por Jacques Lagroye em texto publicado em 2003, e que ora traduzimos para este dossiê. Segundo ele, os processos de politização estão ligados a formas de “requalificação das atividades políticas”, resultantes de “acordos práticos” que envolvem agentes “inclinados, por múltiplas razões, a transgredir ou colocar em questão a diferenciação dos

espaços de atividades”, como aquele controlado pelos especialistas da representação política.

Nesse aspecto reside uma das ponderações levantadas por O. L. Coradini, no segundo artigo deste dossiê, acerca dos obstáculos atinentes ao uso do conceito de politização em condições periféricas. O autor chama a atenção para o politicismo vigente em configurações extraocidentais, com forte incidência no maior peso que a política assume como critério de hierarquização da estrutura social e do poder mais amplo, e também como fundamento das ideologias e mitologias partilhadas por ocupantes de cargos políticos e por cientistas sociais. De acordo com Coradini, a apropriação da noção em contextos como o brasileiro é duplamente desafiadora. Por um lado, devido à inexistência de um referencial que sirva de base para constituição e legitimação do que é “próprio” da política (a exemplo das práticas ligadas à representação, como vimos acima, para o caso francês). Por conseguinte, apesar de ser estruturante na vida social, a política assume um caráter ambivalente e polissêmico, obstaculizando, evidentemente, conceber o que é “interno” e “externo” ao jogo político.

Por outro lado, o predomínio de uma concepção de Ciências Sociais “gestionária” e “prática”, atrelada a uma “moral cívica”, favorece a importação de esquemas analíticos que respondem a interesses e pré-disposições previamente estabelecidos (que implicam tomadas de posição a partir da relação de cumplicidade dos cientistas sociais com o espaço de poder político). Logo, o conteúdo normativo atribuído à expressão é corrente entre os analistas, dificultando a comunicação entre os trabalhos que incorporam os processos de politização, como concebeu Jacques Lagroye, na construção de objetos e de problemáticas, e o conjunto das Ciências Sociais, inclinadas a valorizar ou a detratar a “politização”.

Voltando ao caso francês, a terceira contribuição que o dossiê traz é o texto de Michel Offerlé. Nele, evidencia-se como os atores políticos podem ser beneficiários da crença na atividade política e da legitimidade que o espaço político adquire paulatinamente; uma das dimensões, é bom lembrar, dos processos de politização pontuadas também por Lagroye em seu artigo.

O texto “*Para o Sr. Schneider*”: *quando operários pedem a seu patrão que se candidate a deputado (1902)* foi originalmente publicado no livro *L’atelier du politiste: théories, actions, représentations* (FAVRE; FILLIEULE; JOBART,

2007) e apresenta resultados da análise do arquivo da empresa da família Schneider, especialmente um *corpus* de 994 cartas endereçadas por eleitores a Eugène Schneider solicitando sua candidatura às eleições legislativas. As competências epistolares e as capacidades políticas, identificadas nas cartas escritas por operários franceses, revelam usos de saberes eleitorais e a inculcação de uma concepção de representação. O exame desses elementos permite que se vislumbrem as expectativas que os representados nutriam em relação ao representante e, por outro lado, que se percebam os mecanismos que consolidam o “dever” de representar incorporado no representante.

Como já grifamos, a diversidade das modalidades de politização encontradas nas sociedades extraocidentais está entre os principais aspectos destacados na contribuição de Coradini para o dossiê – consequentemente, do que pode constituir a “política” nessas configurações. *Uma das especificidades identificadas nesses contextos, segundo ele, é a centralidade que assumem os processos de politização conexos à formulação e implementação de políticas governamentais e à representação de interesses, portanto, ligados às burocracias públicas e a suas elites. Ademais, engajamentos diversos, de cunho sindical e corporativo, mas também cultural, religioso, filantrópico etc., adquirem sentidos políticos ou não de acordo com uma multiplicidade de públicos e de instâncias aos quais os militantes se orientam, mesclando-se com a política-eleitoral e com a profissionalização em cargos políticos que são ocupados via indicação (spoil system). Os textos de Mariana Gené, de Eliana Tavares dos Reis e Igor Gastal Grill e de Fernanda Petrarca e Wilson Ferreira de Oliveira dissecam cenários de atuação política que nos ajudam a entender essa diversidade de vias de politização na América Latina.*

O artigo de Mariana Gené, Acontecimientos, grupos y mentores: sobre agentes de politicación y entradas múltiples a la política en Argentina, aborda, em detalhe, os perfis dos ocupantes de cargos de primeiro e segundo escalões no ministério do interior argentino. Nesse estudo são apresentados aprendizados, militâncias prévias, participações em eventos, pertencimentos a grupos, relações (simétricas e assimétricas) administradas etc., acumulados por agentes que assumem papéis no centro do poder executivo daquele país. Desse modo, a autora descreve os condicionantes intervenientes no processo (biográfico) de politização daqueles agentes que os autorizam a ocupar determinados postos e a assumir certas atribuições que exigem competências específicas, como o

domínio de saberes práticos para atuação no espaço político (eleitoral, partidário e burocrático) e a habilidade para administrar laços, contatos e vínculos “dentro” e “fora” (com a mídia, empresários etc.) da política.

Já Reis e Grill (2016), em estudo sobre o espaço das fundações partidárias brasileiras, exploram detidamente essas pléiades de lógicas em pauta nos processos de politização observados durante as últimas décadas no país. O artigo traz informações sobre um universo ainda pouco explorado na bibliografia; porém, rico em possibilidades de tratamento das justaposições entre as lógicas e os domínios políticos (partidários e militantes) e culturais (inscrições que certificam a condição de intelectual para determinados agentes)⁴. Por meio dessas instâncias partidárias (emergência e transformações dos institutos nos partidos, estrutura interna de 32 fundações e perfis de seus porta-vozes), os autores procuraram mostrar as “requalificações da política” no Brasil, resultantes de amálgamas entre critérios de excelência social, profissional, intelectual, militante e partidária.

A descrição revela como as fundações são lugares de importação, afirmação e transmissão de gramáticas, linguagens e papéis que abarcam desde modelos de organização dos partidos até modalidades de intervenção política dos intelectuais, sem deixar de mencionar as formas de “militâncias” que se sucederam no tempo. Tais entidades constituíram, assim, *loci* privilegiados para perceber o que Lagroye definiu como “canibalização recíproca”, ou seja, *as fronteiras precárias da “política”, cujas jurisdições são abaladas pelo trabalho intelectual/militante de politização de questões e de causas, e a difusão de suas lógicas para outras dimensões da vida social.*

Por fim, Petrarca e Oliveira analisam as dinâmicas de formação e recomposição de grupos dirigentes no estado de Sergipe, recorrendo à noção de parentela para compreender os modos de associação entre as chamadas “famílias de elite”, a política e outras esferas. Os (re)alinhamentos estabelecidos a partir da base familiar (no sentido alargado) e das relações pessoais constituem elementos fundamentais, na perspectiva dos autores, para a compreensão da afirmação de lideranças políticas e de protagonistas de espaços profissionais naquele estado do nordeste brasileiro. A combinação entre “parentelas” e redes teria

4 Para uma sustentação da mobilização da ideia de domínios, ver: Reis e Grill, 2016.

constituído, desse modo, o padrão de organização e de reorganização dos distintos âmbitos de atuação. Além disso, atualizaria ao longo do tempo a lógica da aliança como princípio responsável pelo estabelecimento de elos entre esferas sociais, pela integração dos níveis de intervenção (local, estadual e federal) e pela hierarquização dos espaços de poder.

Outro veio para compreender processos de politização consiste, como sugere Lagroye, em tomar universos de agentes considerados “exteriores” à “política ordinária”. Trata-se aí de evidenciar como determinados agentes convertem para a política determinados objetos de lutas próprios a seus universos de atuação, garantindo a estes, com tal expediente, trunfos pessoais e visibilidade para suas “causas”, além da recomposição da balança de poder (ELIAS, 1999) nos seus espaços de atuação específicos; e ocasionando também, é necessário pontuar, impactos não negligenciáveis no próprio mundo político. É por esse ângulo que as contribuições de Raison du Cleuziou, de Seidl e Neris e de Bento, Engelmann e Penna abordam os universos da religião e do direito.

Os trabalhos de Yann Raison du Cleuziou e de Ernesto Seidl e Wheriston S. Neris tratam da politização do ofício sacerdotal católico, respectivamente na França e no Brasil. Ambas as análises mostram como as transformações institucionais da Igreja no período pós-conciliar favoreceram interpretações do papel religioso que não dissociam fé e engajamento político. Contudo, também mostram que, se as inovações e as possibilidades de inovações trazidas por Vaticano II incrementaram o espaço de possíveis dentro da instituição, elas se deram sempre em um gradiente de legitimidade, das mais ortodoxas às mais heterodoxas. Como indicado nos dois trabalhos, tais interpretações podem gerar modalidades de engajamento muito variadas, segundo vasta gama de condicionantes (a dimensão específica da instituição, os contextos sócio-histórico, político e geográfico, a geração etc.), e produzir repertórios diversificados de ação.

Em *A politização sacerdotal como iconoclastia religiosa: o caso dos dominicanos engajados no Movimento Cristãos-Marxistas*, Raison du Cleuziou focaliza as trajetórias de frades franceses que na década de 1970 reinterpretaram o *status* de sacerdote como um instrumento político. Para tanto, mobilizaram a autoridade sacerdotal sobre os leigos para transformar a percepção social da Igreja e, assim, tentar transformá-la por dentro. Segundo a lógica daqueles frades,

as lutas sociais, as mobilizações, os manifestos e as petições não poderiam se tornar religiosamente qualificadas como via de salvação e de anúncio do Reino sem uma institucionalização de seu caráter religioso. Elas foram, assim, contaminadas, isto é, *requalificadas religiosamente*, pela presença dos sacerdotes que se engajaram naqueles movimentos.

Em direção muito semelhante, o artigo de Seidl e Neris chama a atenção, contudo, para outras formas assumidas pelo trabalho de reinterpretação do papel sacerdotal e, por essa via, das próprias fronteiras entre religião e política. Para tanto, examinam os casos de dois sacerdotes em posições bastante distantes no espaço católico, um teólogo capuchinho e um missionário comboniano, este nascido na Itália. O primeiro caso ilumina um tipo de itinerário sacerdotal de inserção predominantemente intelectual, cujas convicções teológicas e ideológicas – associadas ao polo progressista e à Teologia da Libertação – se realizam, sobretudo, na produção de um saber comprometido com o “conhecimento da realidade”, em sintonia com “as novas demandas e os novos temas”. Já o caso do frei comboniano “despertado” por experiências vividas em especial em regiões carentes do Brasil se aproxima, por sua vez, daqueles estudados por Raison du Cleuziou. Compreendendo a missão sacerdotal como indissociável da ação prática junto aos “mais necessitados”, ao “povo”, seu engajamento gradual em diversas “causas” (a “ambiental”, sobretudo) e instâncias políticas é revelador dos efeitos que interações com atores internos e externos à Igreja, em contextos propícios, podem ter ao mesmo tempo sobre o sentido da vocação e sobre o processo de recomposição do próprio empreendimento missionário.

Encerra este dossiê o artigo *Doutrinadores, políticos e “direito administrativo” no Brasil*, de Juliane Sant’Ana Bento, Fabiano Engelmann e Luciana Rodrigues Penna. O trabalho é fruto de investigação sobre um domínio social historicamente fronteiro ao domínio político – o de produção do direito. Como lembram os autores já de partida, a elaboração de doutrinas jurídicas é elemento-chave na construção de um discurso performativo sobre o Estado. E de forma conexa, a emergência de um espaço de produção do “direito administrativo” se atrela às batalhas políticas conjunturais que correspondem a diferentes demandas de legitimidade jurídica de regimes políticos. A partir de um enfoque sócio-histórico, o artigo aborda a construção das doutrinas jurídicas do “direito administrativo” considerando o espaço social e profissional em

que estão inseridos os doutrinadores, autores de manuais de direito. Ao examinar em particular a mobilização do “publicismo”, e dos sentidos políticos que lhes conferem os agentes de cada época, é evidenciado o modo peculiar de intervenção política dos juristas por meio da delimitação dos sentidos das instituições e do Estado. Longe de ser um poder que fala a partir de um lugar neutro – como o tem reivindicado –, a análise traz à luz a forte ambivalência operada pelos membros do Judiciário ao apreender sua inserção profunda em redes de lealdade, de compromissos e de solidariedade com os governos, em função de uma variedade de vínculos na trajetória dos agentes de ambos os espaços sociais.

Pelo menos duas questões de fundo perpassam o conjunto dos artigos aqui reunidos e nos parecem instigantes à realização de novas pesquisas. Subjacente ao conjunto de campos empíricos e objetos disputados que são tratados nos textos, mesclam-se usos nativos (mais ou menos conscientes) de definições do que seja a “política”, efeitos dos processos de politização não almejados pelos atores que deles fazem parte e também de classificações realizadas pelos cientistas sociais sobre as fronteiras do espaço político que reverberam entre militantes, ativistas, políticos profissionais etc. (ARNAUD; GUIONNET, 2005). Tal elemento remete à clássica tensão entre a postura objetivista do pesquisador – inclinando-o a adotar um denominador comum ou referência universalizável do que é a política e a desconsiderar os sentidos que acompanham as práticas dos personagens dos jogos políticos – e a perspectivista, levando-o a conceber como “próprio da política” o que os atores assim consideram. É claro, com ênfases e graus variados segundo a perspectiva teórica assumida.

Como alternativa a essas formas opostas de tratar os fenômenos, substancializando ou relativizando os limites da *dimensão política da vida social*, parece pertinente, então, apreender os diferentes empreendedores (individuais ou coletivos) da politização e as concepções de política díspares que mobilizam – as quais são, por sua vez, elásticas e fluidas, em razão dos constantes deslocamentos das fronteiras do espaço e da problemática política. Abordagem que, inevitavelmente, deve ponderar sobre um segundo ponto: como estão estruturadas as relações de forças que marcam trocas entre atores diversos; alguns situados em centros políticos e intelectuais, que legitimam e exportam recursos, repertórios, instituições, habilidades e saberes tidos como “essencialmente”

políticos; outros, distantes – geográfica, social e culturalmente daqueles centros –, cujos contextos de atuação são adjetivados de “tradicionais”, “periféricos”, “residuais” etc. A formalização, simultaneamente política e intelectual, de uma definição mínima de política resulta em prescrições de arranjos, práticas e meios aparentemente universalizáveis (logo, a serem transmitidos e mimetizados), servindo como parâmetros de avaliação, tanto para os políticos como para os cientistas sociais, sobre aquilo que é da “ordem política” (REIS; GRILL, 2016; LE GALL; OFFERLÉ; PLOUX, 2012).

Referências

ARNAUD, L.; GUIONNET, C. Introduction. In: _____.; _____. **Les frontières du politique**. Enquête sur les processus de politisation et de dépolitisation. Rennes: Presses Universitaires de Rennes – P.U.R., 2005. p. 11-25.

BADIE, B.; HERMET, G. **Política Comparada**. México: Fondo de Cultura Económica, 1993.

BRIQUET, J.-L. **La tradition en mouvement: clientélisme et politique en Corse**. Paris: Belin, 1997.

_____. Pertencimentos locais, experiências cotidianas e práticas políticas: clientelismo e politização na Córsega. **REPOCS** – Revista Pós Ciências Sociais, São Luís, v. 3, n. 27, p. 17-32, fev. 2017.

COMBES, H. ; VOMMARO, G. **Sociologie du clientélisme**. Paris: La Découverte, 2015.

DÉLOYE, Y. **Sociologia histórica do político**. Bauru: Edusc, 1999.

_____.; VOUTAT, B. **Faire de la science politique**. Paris: Belin, 2002.

GARRIGOU, A. **Histoire sociale du suffrage universel en France (1848-2000)**. Paris: Seuil, 2002.

GAXIE, D. **Le cens caché: Inégalités culturelles et ségrégation politique**. Paris: Seuil, 1978.

ELIAS, N. **Introdução à sociologia**. Lisboa: Edições 70, 1999.

FAVRE, P.; FILLIEULE, O.; JOBART, F. (Dir.). In: **L'atelier du politiste: théories, actions, représentations**. Paris: La Découverte, 2007b. p. 163-188.

LACROIX, B. Ordre politique et ordre social. In: LECA, J.; GRAWITZ, M. (Org.). **Traité de science politique**. v. 1. Paris: Presses Universitaires de France, 1985. p. 469-567.

LAGROYE, J. **Sociologie politique**. 3ª Ed. Paris: Presses de Sciences Po et Dalloz, 1997.

- _____. Avant-propos. In: LAGROYE, J. (Org.). **La politisation**. Paris: Belin, 2003a. p. 3-5.
- _____. Les processus de politisation. In: LAGROYE, J. (Org.). **La politisation**. Paris: Berlin, 2003b. p. 359-372.
- LE GALL, L.; OFFERLÉ, M.; PLOUX, F. La politique informelle entre incertitudes et inconstances. In: LE GAL, L.; OFFERLÉ, M.; PLOUX, F. (Org.). **La politique sans en avoir l'air**. Rennes: PUR, 2012. p. 7-24.
- OFFERLÉ, M. Mobilisation électorale et invention du citoyen. L'exemple du milieu urbain français à la fin du XIXe siècle. In: GAXIE, D. (Org.). **Explication du vote: un bilan des études électorales en France**. Paris: Presses de la Fondation Nationale des Sciences Politiques, 1989. p. 149-174.
- _____. Capacités politiques et politisation. Faire voter et voter (XIXe-XXe siècles)" (1^a parte). **Genèses**, n. 67, p. 131-149, 2007a.
- _____. Capacités politiques et politisation. Faire voter et voter (XIXe-XXe siècles)" (2^a parte). **Genèses**, n. 68, p. 145-160, 2007b.
- _____. "À Monsieur Schneider": Quand des ouvriers demandent à leur patron de se présenter à la députation (janvier 1902). FAVRE, P.; FILLIEULE, O.; JOBART, F. (Dir.). In: **L'atelier du politiste: théories, actions, représentations**. Paris: La Découverte, 2007c. p. 163-188 .
- _____. Mobilisation électorale et invention du citoyen. L'exemple du milieu urbain français à la fin du XIXe siècle. In: GAXIE, D. (Org.). **Explication du vote: un bilan des études électorales en France**. Paris: Presses de la Fondation Nationale des Sciences Politiques, 1989. p. 149-174.
- PALMEIRA, M.; HEREDIA, B. **Política ambígua**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2010.
- PHÉLIPPEAU, E. **L'invention de l'homme politique moderne**. Paris: Belin, 2002.
- REIS, E. T. dos; GRILL, I. G. Mirada reflexiva e esforços propositivos aos estudos de elites. In: REIS, E. T. dos; GRILL, I. G. (Org.). **Estudos sobre elites políticas e culturais**. Reflexões e aplicações não canônicas. São Luís: EDUFMA, 2016. p. 9-48.